



A QUALIDADE DO EMPREGO RURAL FLUMINENSE NOS ANOS RECENTES (2002 E 2006)

**CARLOS ALVES NASCIMENTO; RÉGIS BORGES OLIVEIRA; IRLENE JOSÉ GONÇALVES SOUTO;
SAMANTHA REZENDE MENDES;**

UFU

UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

canasc38@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

A Qualidade do Emprego Rural Fluminense nos Anos Recentes (2002 e 2006)

Grupo de Pesquisa: 11 – Políticas Sociais para o Campo

RESUMO

Neste artigo, analisa-se a qualidade do emprego agrícola e não-agrícola no Estado do Rio de Janeiro nos anos recentes de 2002 e 2006. Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os residentes nas áreas rurais não-metropolitanas, foram definidos dois grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários) e 5 grupos de não-agrícolas (trabalhadores da indústria e indústria de transformação, construção civil, comércio, alojamento e transporte, educação e saúde, trabalhadores dos serviços domésticos). Independente das diferentes ponderações do IQE, os resultados indicaram um quadro mais favorável para os grupos de ocupações não agrícolas dos residentes rurais, para a maioria dos grupos de ocupações selecionadas.

Palavras-chaves: Qualidade do emprego rural; Estado do Rio de Janeiro; Atividades agrícolas e não agrícolas.

ABSTRACT

In this paper, the quality of the agricultural and non agricultural job is analyzed in the state of Rio de Janeiro in the period 2002-2004. The study was based on the micro-data extracted from the research entitled “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)” for the residents in the rural non metropolitan area. There were defined two groups of agricultural



occupations (permanent workers and temporary workers) and five groups of non agricultural ones (manufacturing workers, building and construction, trade, lodging and transport, education and health, and domestic services). Independently from the different IQE compositions tested, concerning rural residents the results indicated a more favorable situation for non agricultural group of occupations, for most of the groups of selected occupations.

Keys-words: Quality of the rural job; State of Rio de Janeiro; Agricultural and non agricultural activities.

Introdução

A partir da década de 1960 deu-se início a um vigoroso processo de modernização da agricultura brasileira, via incorporação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, que tomou como principal eixo de ação a resolução do “problema agrícola”, promovendo inovações no campo, aumentando a produtividade por meio de uma nova estrutura capital-intensiva e, portanto, poupadora de mão-de-obra. Esse processo foi chamado de “*modernização conservadora*”, que acabou por gerar um desequilíbrio entre as unidades produtivas rurais; deixou as pequenas propriedades e os agricultores familiares à margem deste processo que desencadeou um grande desequilíbrio no mercado de trabalho rural; aumentou a concentração da renda e da terra; e reduziu o nível de emprego e a renda dos produtores rurais familiares. Os produtores mais beneficiados foram os médios e grandes, localizados na região Centro-Sul do país, e que estavam voltados para a produção de produtos de exportação e ou ligados às agroindústrias (GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, 1985)

Essa onda modernizante que varreu grande parte da velha agricultura brasileira foi responsável pela nova configuração do mercado de trabalho no campo e nas cidades. Milhares de famílias deixaram o campo em direção às cidades em função da modernização desmedida do meio rural. A mercantilização do espaço rural, com a aliança entre o capital industrial e as grandes propriedades de terra, foi responsável por uma nova estrutura produtiva, voltada fundamentalmente para o mercado externo e cada vez mais intensiva em capital. Vale destacar que até o final dos anos 70 a expansão industrial urbana foi capaz de absorver o excedente de mão-de-obra liberado no campo, porém, a partir dos anos 80, com a crise do endividamento do Estado brasileiro e o conseqüente declínio das políticas industrializantes a massa trabalhadora vinda do campo não mais conseguia se empregar na indústria².

Há, então, uma precarização ainda maior dos postos de trabalho e das condições de sobrevivência nos grandes centros, o que desencoraja as migrações campo-cidade. Algumas famílias preferem continuar no campo, adotando outras estratégias de sobrevivência, melhor dizendo, criam saídas de modo que não dependam exclusivamente da renda das atividades agrícolas tradicionais. Como o pequeno produtor não é capaz de competir com a grande indústria rural, resta-lhe a produção para o autoconsumo, a venda de sua força de trabalho e às

¹ Trata-se de solucionar o problema da competitividade e da produção de alimentos para o mercado interno sem, portanto, alterar a estrutura fundiária, o que foi chamado de problema agrário e persiste até os dias de hoje. (GRAZIANO DA SILVA, 1981; STÉDILE (Org.), 1994; GUANZIROLI, 2006).

² Conforme Mattoso e Baltar (1998) e Pochmann (2000, 2001).



vezes conseguem comercializar parte do excedente produzido. Essas famílias, portanto, tornam-se pluriativas, no sentido de que passam a ter que conciliar as suas tradicionais atividades agrícolas com outras atividades não agrícolas, especialmente fora do estabelecimento rural.

Como forma de se adaptar à nova lógica capitalista no campo, os pequenos agricultores vão buscar fora das atividades puramente agrícolas uma alternativa de sobrevivência. Trata-se de uma “adaptação criativa” à nova realidade, fazendo com que o meio rural deixe de ser um locus exclusivo de atividades agrícolas. Segundo Graziano da Silva (1999), o meio rural deixa de ser sinônimo de agrícola passando a apresentar fortes sinais de urbanização. Novas atividades, consideradas tipicamente urbanas, são desenvolvidas no campo, que por sua vez ganha novas atribuições além das puramente rurais. Nesse sentido, estamos assistindo no meio rural um processo de “*desdiferenciação*” da divisão social do trabalho. A especialização profissional e a separação entre a agricultura e os demais setores de produção estão sendo substituídos por uma crescente combinação de atividades (agrícola e não agrícolas) exercidas por uma única pessoa, configurando assim, um quadro em que a agricultura é cada vez menos um setor produtivo com o seu próprio mercado de trabalho (Mingione e Pugliese, 1987). As ocupações não-agrícolas se tornam importante componente das estratégias de sobrevivências das famílias residentes no meio rural.

Partindo dessas considerações iniciais, o *objetivo central* do presente trabalho consiste em contribuir com o esforço de estudar as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo nas áreas rurais do país, sobretudo no que tange ao mercado de trabalho. Analisar-se-á, no entanto, a qualidade dos empregos não agrícolas, em comparação à qualidade dos empregos agrícolas, detendo a observação sobre a População Economicamente Ativa empregada (PEA assalariada) residente nas áreas rurais não metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro.

Para atingir esse objetivo foram construídos índices de qualidade do emprego (IQE) relativos aos trabalhadores assalariados residentes no Estado do Rio de Janeiro, nas áreas rurais e urbanas não metropolitanas, para os anos de 2002 e 2006 a partir dos micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos respectivos anos estudados.

Além desta introdução o trabalho está estruturado em mais três seções. Na primeira será apresentada a metodologia utilizada na construção dos indicadores de qualidade de emprego. A segunda seção analisará, de fato, a qualidade do emprego da PEA agrícola e não agrícola no estado do Rio de Janeiro. Logo em seguida serão tecidas as considerações finais.

1. A metodologia da pesquisa

Seleção dos grupos de atividades agrícolas e não agrícolas para construção dos Índices de Qualidade do Emprego – IQEs

As variáveis selecionadas para análise das características da PEA rural agrícola e não agrícola com posição na ocupação de assalariados (homens e mulheres) foram as seguintes: idade; jornada semanal de trabalho; formalidade (carteira assinada); contribuição para previdência social; rendimento mensal; auxílios recebidos (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde).



Para as atividades não agrícolas, trabalhou-se com os grupos de ocupações de serviços domésticos, construção civil, educação e saúde (juntas), comércio, indústria e indústria de transformação (juntas), transporte.

As ocupações que compõem os serviços domésticos são: cozinheira doméstica, diarista doméstica, lavadeira doméstica, governanta e mordomo no serviço doméstico e atendente doméstico, jardineiro, caseiro, etc. Foram selecionados 100% dos trabalhadores, homens e mulheres, nessa atividade.

O grupo da construção civil é composto por uma lista grande de ocupações, tais como, por exemplo: pedreiro, ajudante de obras civis, trabalhadores de estrutura de alvenaria, trabalhadores de estruturas de concreto armado, trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado, trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos, ajudantes de obras civis, encanadores e instaladores de tubulações, etc. As ocupações ajudantes de obras civis e trabalhadores de estrutura de alvenaria correspondem a 91,06% dos homens residentes rurais trabalhadores no referido ramo. As mulheres rurais residentes no estado do Rio de Janeiro estavam pouco representadas nesse ramo, razão pela qual não analisaremos as condições de trabalho para esse grupo feminino.

O conjunto da educação e saúde é formado pelos profissionais das ocupações, tais como: atendentes de creche e acompanhantes de idosos, técnicos em enfermagem, parteiras práticas e afins, professores de nível médio no ensino fundamental, professores de nível médio na educação infantil, professores de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, professores de disciplinas da educação geral de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental com ensino superior, professores e instrutores do ensino profissional, professores de educação física, professores de nível médio do ensino profissionalizante, etc.. Dessas ocupações, atendentes de creche e acompanhantes de idosos, parteiras práticas e afins, professores de nível médio no ensino fundamental e professores de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental concentram 38,45% do total das mulheres residentes nas áreas rurais empregadas neste ramo, nos anos analisados. Para os homens não se analisará este conjunto de ocupações, pois não houve representatividade suficiente.

No grupo do comércio encontram-se as ocupações de profissionais de marketing, publicidade e comercialização, de representantes comerciais e técnicos de venda, contínuos, caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco), entregadores externos (exceto carteiros), vendedores e demonstradores em lojas ou mercados, repositores e remarcadores do comércio. Consideramos serem esses os códigos mais frequentes, sendo que 83,34% das mulheres e 66,60% dos homens residentes rurais trabalhavam em alguma dessas ocupações nos anos analisados.

O grupo da indústria e indústria de transformação é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que formam esses ramos de atividade. Resolvemos tratar conjuntamente esses dois setores para possibilitar número suficiente de casos nas amostras das PNADs. Agregamos todos os códigos mais significativos desses dois ramos de atividades, que juntos atingiam 90,40% do total de homens rurais residentes no estado do Rio de Janeiro ocupados nesses ramos, e 100% das mulheres rurais também ocupadas nesses ramos³. Os setores que compõem esse ramo são, por exemplo, os das indústrias mecânica e metalúrgica,

³ No caso das mulheres, 100% estavam empregadas em uma única atividade, qual seja, operadores de máquinas de costura de roupas.



têxtil, do couro, do vestuário, de madeira e de móveis, de alimentação e bebidas, gráfica, de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação, etc. Percebe-se que esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais.

As ocupações que fizeram parte do grupo de transporte foram basicamente os motoristas⁴, condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo), condutores de veículo sobre rodas (distribuidores de mercadoria), condutores de veículo sobre rodas (transporte particular). Esses profissionais correspondem a 71,50%, em média, dos homens empregados nesse grande grupo de ocupação para os residentes rurais. Esse grupo foi formado para que os códigos selecionados fossem mais frequentes na amostra. Para esse ramo de transportes não analisaremos a ocupação das mulheres, pelo fato dos códigos não terem mostrado significância na amostra da PNAD.

Para as atividades agrícolas, foram considerados os grupos de ocupações de trabalhadores rurais. O grupo de trabalhador rural compreende as seguintes ocupações: trabalhadores na pecuária, trabalhadores agrícolas e trabalhadores na exploração agropecuária em geral. Dentre os trabalhadores rurais (agrícolas), em média, 88,60% dos homens e 100% das mulheres, estavam inseridos nessas ocupações citadas, nos anos analisados. Nesse grupo, os dados foram desagregados segundo empregados agrícolas permanentes e empregados agrícolas temporários.

A escolha das profissões citadas, bem como sua agregação em conjuntos (grupos) com características próximas fundamenta-se na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras das PNADs, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também são as profissões mais expressivas em termos de ocupação da PEA rural agrícola e não agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, procuramos comparar os mesmos códigos selecionados para os grupos de empregos rurais com os correspondentes aos trabalhadores homens e mulheres residentes urbanos.

Metodologia da Construção dos Índices de Qualidade do Emprego (IQEs)

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e urbana visa, através de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às já existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

O conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. Entretanto, o que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas da PNAD, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

⁴ Nas Tabelas apresentadas ao longo do trabalho chamaremos grupo de 'motoristas'.



Para construir o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos foram os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por Kageyama e Rehder (1993 *apud* BALSADI, 2000):

a) Obtenção dos indicadores simples para 2002 e 2006, a partir das variáveis já trabalhadas nas PNADs. São eles:

- % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalho não infantil empregada;
- % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho;
- % de empregados com carteira assinada (Cart);
- % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev);
- rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- % de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (Npob);
- % de empregados que recebiam auxílio moradia (Auxmor);
- % de empregados que recebiam auxílio alimentação (Auxalim);
- % de empregados que recebiam auxílio transporte (Auxtrans);
- % de empregados que recebiam auxílio educação (Auxeduc);
- % de empregados que recebiam auxílio saúde (Auxsau).

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Onde, o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimos e máximos dos rendimentos encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

b) Construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

- TRABFORMAL = (Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4; indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens;
- TRABREND = (Rend_{padronizado} + Npob)/2; agrega as duas variáveis de rendimento;
- TRABAUX = (Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5; agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

c) Obtenção do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) busca refletir as diferentes contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de

prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais, e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram as seguintes:

- IQE = 1/3 TRABREND + 1/3 TRABFORMAL + 1/3 TRABAUX
- IQE' = 0,40 TRABREND + 0,40 TRABFORMAL + 0,20 TRABAUX
- IQE'' = 0,50 TRABREND + 0,30 TRABFORMAL + 0,20 TRABAUX

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas, levou-se em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intertemporal. Para essa comparação, ainda de acordo com Kageyama e Rehder (1993 *apud* BALSADI, 2000), trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0} \times 100$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do trabalho (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

2. Análise dos índices de qualidade de emprego para o Estado do Rio de Janeiro

Inicialmente teceremos os comentários referentes aos IQEs com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos trabalhadores empregados. Em seguida, analisaremos os dois outros IQEs com pesos diferenciados para cada indicador parcial.

Antes de esboçarmos considerações mais detalhadas sobre os resultados dos indicadores de qualidade do emprego da PEA rural (e urbana) do Estado do Rio de Janeiro, importa já de antemão sublinhar que de uma maneira geral tais indicadores, de todos os grupos de emprego selecionados, são notadamente baixos. Observe-se que os IQEs variam de 0 a 100. Raríssimas as vezes em que o indicador mostrou-se maior que 60; poucas as vezes em ultrapassou 50; na maioria das vezes ficou entre 20 e 40. Em outras palavras, estaremos aqui tecendo comentários acerca de indicadores que em geral são baixos.

As Tabelas 1 e 2 mostram que, para os homens residentes rurais, os grupos de ocupações que estiveram entre os quatro melhores, no ano de 2002, foram Indústria e Indústria de Transformação, Serviços Domésticos⁵, Transporte e Construção Civil. É

⁵ Os serviços domésticos exercidos pelos homens em geral são as atividades de caseiro, jardineiro, motorista da família, etc. (conforme NASCIMENTO, 2002).

importante notar que o grupo das atividades agrícolas permanentes saltou da 5ª posição em 2002 para a 2ª posição em 2006, um crescimento relativo de 25,44%, ultrapassando o grupo dos serviços domésticos e transporte que foram para as 4ª e 3ª posições, respectivamente. Esse comportamento pode ser explicado através da análise dos indicadores parciais. Os indicadores parciais TRABFORM e TRABREND apresentaram melhora significativa no período estudado, sendo estes responsáveis pela melhora relativa do indicador de qualidade de emprego para os trabalhadores agrícolas rurais permanentes. Vale ainda notar, que o grupo da Construção Civil sai da 4ª posição em 2002 para a 6ª posição em 2006, uma queda no progresso relativo de (6,41%). Os grupos do Comércio e Atividades Agrícolas temporárias não tiveram mudanças significativas nas suas posições relativas apesar de seus respectivos progressos relativos terem sido expressivos e positivos (11,04 e 8,84%). Observa-se ainda que estes grupos de ocupação (Comércio e Atividades Agrícolas temporárias) foram os que se encontravam em situações menos satisfatórias. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários foi o que apresentou o pior indicador de qualidade entre os demais grupos, nos dois anos analisados.

Considerando essas primeiras observações, os resultados estão apontando para o fato de que houve uma melhora no indicador de qualidade do emprego agrícola permanente, que em 2006 encontra-se na segunda melhor posição relativa. Ainda assim, os empregos não agrícolas exercidos pelos residentes rurais no Estado do Rio de Janeiro apresentam melhores indicadores. O que esses resultados estão mostrando, portanto, é que a inserção dos residentes rurais fluminenses no mercado de trabalho não agrícola, no período analisado, significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas temporários.

Sem entrar em detalhes quanto aos grupos de ocupação urbanos, importa ressaltar algumas observações relevantes. Entre os residentes urbanos, os empregos com condições de trabalhos mais desfavoráveis eram a construção civil e os dois grupos de emprego agrícola, temporário e permanente. Pode-se ver que há uma inversão, em relação aos trabalhadores rurais. No caso dos trabalhadores urbanos, a pior condição de trabalho é dos trabalhadores agrícolas permanentes. Este fato chama a atenção, pois nota-se ainda que de 2002 para 2006 há uma piora no progresso relativo dos trabalhadores rurais permanentes, caindo da 6ª para a 7ª posição. Já os trabalhadores rurais temporários têm uma melhora, passando da 7ª posição em 2002 para a 5ª posição em 2006.

Observamos, portanto, que o único caso em que é notável a maior diferença a favor de um grupo de emprego rural, nos dois anos em questão, é o do grupo dos trabalhadores rurais permanentes. Para os demais grupos as diferenças existem, mas depende do ano em que se observa ora a favor da situação de domicílio urbana ora a favor da situação do domicílio rural dos trabalhadores; ou seja, nesses casos não se pode aferir que o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores indicadores de qualidade do emprego possa vir a ser o local de residência do trabalhador.



Tabela 1

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens, Segundo Local de domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	2002-2006
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	31,5	48,9	25,44
Trab. Rurais Temporários (RUR)	23,9	30,6	8,84
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	51,8	58,3	13,54
Trab. Const. Civil (RUR)	37,2	33,2	-6,41
Trab. Comércio (RUR)	28,6	36,5	11,04
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	45,0	44,6	-0,62
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (RUR)	46,1	37,5	-15,96
Trab. Rurais Permanentes (URB)	31,6	29,2	-3,54
Trab. Rurais Temporários (URB)	20,9	34,1	16,66
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	51,2	53,6	4,94
Trab. Const. Civil (URB)	38,4	31,2	-11,69
Trab. Comércio (URB)	40,7	41,2	0,83
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	52,9	45,2	-16,33
Trab. Educ. e Saúde (URB)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (URB)	40,0	34,2	-9,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.

Tabela 2

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Homens Empregados, residentes Rurais e Urbanos: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Revativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5°	2°	6°	7°
Trab. Agrícolas Temporários	7°	7°	7°	5°
Trab. Ind e Ind. de Transformação	1°	1°	2°	1°
Trab. Const. Civil	4°	6°	5°	6°
Trab. Comércio	6°	5°	3°	3°
Trab. Transportes.	3°	3°	1°	2°
Trab. Educ. e Saúde	-	-	-	-
Trab. Serv. Domést.	2°	4°	4°	4°

Fonte: Dados da Tabela 5

Ao analisar-se o progresso relativo dos grupos de empregos dos homens residentes rurais, nota-se que praticamente a metade deles apresentou progresso relativo positivo e a outra metade apresentou progresso relativo negativo. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários apesar de ser o que detém o pior indicador de qualidade do emprego, nos dois anos analisados, exibiu progresso relativo positivo (8,84%). Apesar de o grupo serviços domésticos ter experimentado a mais forte queda no progresso relativo (-15,96), ainda ficou entre as quatro melhores posições relativas no *ranking* total das ocupações. Na comparação com os grupos de emprego urbanos, nota-se que esses apresentaram uma queda nos progressos relativos em um número maior de grupos de emprego.

Enfim, no Estado do Rio de Janeiro, além dos indicadores de qualidade das condições do trabalho assalariado dos homens serem notadamente baixos, conforme já mencionado



anteriormente, tais indicadores pouco melhoraram, do ponto de vista do seu progresso relativo, sendo que muitos deles pioraram, mais notadamente nos grupos de trabalhadores urbanos.

Os grupos de emprego das mulheres residentes rurais fluminenses (Tabelas 3 e 4) que se destacaram como os melhores foram Educação e saúde e Indústria e Indústria de transformação, nos dois anos investigados. Os dois grupos de emprego que exibiram os IQEs menos favoráveis, em 2002, foram os das trabalhadoras agrícolas permanentes e do grupo do Comércio. Neste caso, não há consenso entre os dois anos analisados das ocupações que exibiram IQEs menos favoráveis, em primeiro lugar, pois, para ano de 2006 não há representação do grupo das mulheres residentes rurais empregadas em atividades agrícolas temporárias, e por isso não analisamos os indicadores deste referido grupo para o ano de 2002. Além disso, houve algumas mudanças na composição do *ranking* das posições relativas. Também para as mulheres, há uma melhora substancial para as residentes rurais empregadas no grupo das atividades agrícolas permanentes, que avança da 6ª posição em 2002 para a 3ª em 2006, um progresso relativo de 24,08%. Neste caso a melhora do indicador se deve à evolução dos três indicadores parciais (TRABFORM, TRABREND e TRABAUX) que em 2002 eram muito baixos. Chama a atenção também a queda do grupo dos serviços domésticos, caindo duas posições nos anos analisados, da 3ª para a 5ª posição relativa, um progresso relativo negativo de (-7,83).

Quanto às trabalhadoras urbanas, as ocupações não registraram diferenças nas posições relativas nos dois anos analisados. Porém, observação importante se faz necessária a respeito do progresso relativo das ocupações urbanas, pois, todas apresentam progresso negativo. A queda mais acentuada se deu no grupo das trabalhadoras agrícolas temporárias apresentando um progresso relativo negativo de (-26,91%). Ao analisarmos os IQEs, observamos que os dois mais favoráveis são referentes ao grupo da Indústria e Indústria de Transformação e Educação e Saúde. Os menos favoráveis são dos grupos das trabalhadoras agrícolas permanentes e temporárias ocupando a 6ª e a 5ª posição respectivamente. É interessante notar que tanto para os homens quanto para as mulheres residentes urbanos as atividades agrícolas permanentes apresentam piores indicadores do que as atividades temporárias.

Tabela 3

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres, Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	2002-2006
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	23,2	41,7	24,08
Trab. Rurais Temporários (RUR)	-	-	-
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	44,3	50,7	11,49
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	33,9	40,8	10,45
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	56,1	45,2	-24,85
Trab. Serv. Domést. (RUR)	39,4	34,6	-7,83
Trab. Rurais Permanentes (URB)	28,3	16,7	-16,28
Trab. Rurais Temporários (URB)	34,3	16,7	-26,91
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	54,9	51,5	-7,50
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	43,7	37,7	-10,72
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (URB)	49,1	49,0	-0,19
Trab. Serv. Domést. (URB)	34,9	33,5	-2,10

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.

Tabela 4

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Mulheres Empregadas, Residentes Rurais e Urbanos: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Revativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5°	3°	6°	6°
Trab. Agrícolas Temporários*	-	-	5°	5°
Trab. Ind e Ind. de Transformação	2°	1°	1°	1°
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4°	4°	3°	3°
Trab. Transportes.	-	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde	1°	2°	2°	2°
Trab. Serv. Domést.	3°	5°	4°	4°

Fonte: Dados da Tabela 7

* Como em 2006 não houve representatividade dessa categoria de trabalhadores agrícolas residentes no meio rural, optou-se por não analisar essa ocupação para o ano de 2002, pois, não seria possível comparações intertemporais.

No caso do grupo dos serviços domésticos, os indicadores revelam, nos dois anos analisados, que o fator local de residência é praticamente indiferente para a definição das condições de trabalho da mulher fluminense.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e grau de formalização do trabalho ($IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$; e $IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$).

Como poderá ser notado, houve pequenas alterações nas posições relativas dos grupos de emprego seleccionados, principalmente daqueles dos residentes rurais, evidenciando que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável para os empregos dos homens em atividades agrícolas temporárias no tocante à qualidade do emprego (Tabelas 5 e 6). Ou seja, independente das ponderações utilizadas, o grupo das atividades agrícolas temporárias apresenta indicadores parciais mais desfavoráveis. Novamente os trabalhadores

agrícolas permanentes residentes rurais apresentam uma melhora na posição relativas nos período analisado, saindo da 5ª posição em 2002 para a 2ª em 2006, uma variação positiva de 31,43% no progresso relativo. Nas demais ocupações também não houve alterações expressivas, reforçando a idéia de que as ponderações pouco influem no *ranking* das ocupações.

Os resultados para o IQE' (Tabelas 5 e 6) mostram que a única alteração para os grupos de ocupações dos homens empregados residentes rurais, nos anos considerados, foi a seguinte: o grupo serviços domésticos piorou de posição – passou da 2ª para a 3ª posição, em 2002, e da 4ª para a 5ª posição, em 2006. O grupo de transportes melhorou de posição passando da 3ª para a 2ª posição, em 2002, porém em 2006 manteve-se na 3ª posição. O grupo do comércio manteve a 6ª posição em 2002 e em 2006 passa para a 5ª posição, indicando uma pequena melhora.

Enfim, ao se alterar os pesos dos indicadores parciais reduzindo a participação do indicador de auxílios e elevando a participação do indicador de formalidade e de rendimentos, implicou em queda das condições de trabalho dos serviços domésticos, sustentação das atividades agrícolas e da Indústria e Indústria de transformação nas mesmas posições, melhorando dos indicadores das demais atividades não agrícolas.

Tabela 5

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 40-40-20), Segundo Local de domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	2002-2006
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	34,0	54,7	31,43
Trab. Rurais Temporários (RUR)	28,3	35,7	10,41
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	59,3	68,2	21,88
Trab. Const. Civil (RUR)	44,3	39,3	-8,91
Trab. Comércio (RUR)	33,0	42,9	14,77
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	52,2	51,2	-2,29
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (RUR)	51,7	42,5	-19,04
Trab. Rurais Permanentes (URB)	36,4	32,9	-5,43
Trab. Rurais Temporários (URB)	24,6	37,8	17,51
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	55,7	57,8	4,79
Trab. Const. Civil (URB)	45,3	36,1	-16,87
Trab. Comércio (URB)	46,7	47,0	0,60
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	59,6	50,4	-22,72
Trab. Educ. e Saúde (URB)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (URB)	44,8	38,2	-11,92

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.



Tabela 6

Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens), Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 40-40-20): Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5º	2º	6º	7º
Trab. Agrícolas Temporários	7º	7º	7º	5º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	1º	1º	2º	1º
Trab. Const. Civil	4º	6º	4º	6º
Trab. Comércio	6º	4º	3º	3º
Trab. Transportes.	2º	3º	1º	2º
Trab. Educ. e Saúde	-	-	-	-
Trab. Serv. Domést.	3º	5º	5º	4º

Fonte: Dados da Tabela 9

Os resultados para o IQE" (Tabelas 7 e 8), em que é dado o maior peso para o rendimento, mostram não houve alterações em relação à primeira ponderação (30-30-30).

Enfim, mantiveram-se as posições do primeiro IQE, em que as piores condições de trabalho são dos grupos de emprego agrícola temporário (com melhora significativa do emprego agrícola permanente), comércio e construção civil. Esses resultados revelam a baixa sensibilidade desses indicadores gerais às alterações nas ponderações dos indicadores parciais.

Tabela 7

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 50-30-20), Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE"		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	35,4	53,8	28,44
Trab. Rurais Temporários (RUR)	29,3	38,9	13,62
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	60,2	66,0	14,71
Trab. Const. Civil (RUR)	42,9	37,4	-9,49
Trab. Comércio (RUR)	33,4	45,2	17,66
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	51,8	51,0	-1,64
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (RUR)	53,8	45,2	-18,67
Trab. Rurais Permanentes (URB)	41,3	35,0	-10,76
Trab. Rurais Temporários (URB)	24,2	40,8	21,89
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	58,6	60,9	5,42
Trab. Const. Civil (URB)	44,9	38,1	-12,29
Trab. Comércio (URB)	48,5	50,3	3,48
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	59,8	53,0	-16,90
Trab. Educ. e Saúde (URB)	-	-	-
Trab. Serv. Domést. (URB)	45,7	42,4	-6,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.

Tabela 8

Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens), residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 50-30-20): Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5º	2º	6º	7º
Trab. Agrícolas Temporários	7º	7º	7º	5º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	1º	1º	2º	1º
Trab. Const. Civil	4º	6º	5º	6º
Trab. Comércio	6º	5º	3º	3º
Trab. Transportes.	3º	3º	1º	2º
Trab. Educ. e Saúde	-	-	-	-
Trab. Serv. Domést.	2º	4º	4º	4º

Fonte: Dados da Tabela 11

Para as mulheres trabalhadoras assalariadas residentes rurais, o principal aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que no IQE' (Tabelas 9 e 10) são pequenas as alterações (notadamente em 2006, com melhora no indicador para o grupo do comércio, que sobe uma posição, da 4ª para a 3ª e no indicador para o grupo das trabalhadoras rurais permanentes, saindo da 5ª para a 4ª posição) ocorridas em relação ao IQE (Tabelas 3 e 4), semelhante ao sucedido com os homens; ou seja, uma menor ponderação para os auxílios influenciou muito pouco no índice de qualidade do emprego – tanto no que se refere às diferenças dos índices entre os grupos de ocupação (Tabela 9), quanto em relação ao *ranking* das posições relativas dos distintos grupos (Tabela 10). O que importa destacar também é que independentemente da ponderação adotada para o IQE, os empregos agrícolas permanentes, das mulheres residentes rurais em 2002, disputam os piores indicadores juntamente com o grupo das trabalhadoras do Comércio, em comparação com os demais grupos de emprego; e em 2006 os piores indicadores são dos grupos dos serviços domésticos e como em 2002 das trabalhadoras agrícolas permanentes. É importante frisar novamente que em 2006 não houve frequência na PNAD de trabalhadoras agrícolas temporárias residentes rurais.

Para as mulheres fluminenses residentes urbanas também foram poucas as alterações oriundas da diferença de ponderação dos índices parciais. Em 2002 há uma piora no indicador do grupo dos serviços domésticos, passando da 4ª para a 5ª posição relativa no *ranking* das ocupações selecionadas e há uma variação positiva a favor do grupo das trabalhadoras agrícolas temporárias fazendo com que esta salte uma posição no *ranking*, da 5ª para a 4ª. Assim como na primeira ponderação, os três piores indicadores para as mulheres residentes urbanas fluminenses são os dos seguintes grupos: trabalhadores agrícolas permanentes e temporários e serviços domésticos.

Tabela 9

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 40-40-20), Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	2002-2006
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	27,8	43,3	21,52
Trab. Rurais Temporários (RUR)	32,9	-	-
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	50,9	60,8	20,29
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	39,9	47,0	11,80
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	65,7	51,9	-40,17
Trab. Serv. Domést. (RUR)	42,6	38,0	-8,05
Trab. Rurais Permanentes (URB)	32,0	20,0	-17,65
Trab. Rurais Temporários (URB)	39,2	20,0	-31,58
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	62,4	58,7	-9,78
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	50,2	42,3	-15,70
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (URB)	55,6	55,7	0,05
Trab. Serv. Domést. (URB)	37,4	36,0	-2,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.

Tabela 10

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Mulheres empregadas, residentes Rurais e Urbanos: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Revativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5°	4°	6°	6°
Trab. Agrícolas Temporários*	-	-	4°	5°
Trab. Ind e Ind. de Transformação	2°	1°	1°	1°
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4°	3°	3°	3°
Trab. Transportes.	-	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde	1°	2°	2°	2°
Trab. Serv. Domést.	3°	5°	5°	4°

Fonte: Dados da Tabela 13

* Como em 2006 não houve representatividade dessa categoria de trabalhadores agrícolas residentes no meio rural, optou-se por não analisar essa ocupação para o ano de 2002, pois, não seria possível comparação intertemporal.

Quanto ao IQE'' (Tabelas 11 e 12), relativo às mulheres trabalhadoras rurais, as alterações que houve em relação ao IQE das Tabelas 3 e 4 foram praticamente as mesmas do IQE', em 2002.

Novamente as situações foram também pouco alteradas para os grupos de emprego das mulheres fluminenses com residência urbana com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Outra vez observou-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas permanentes e de serviços domésticos permaneceram com os indicadores de qualidade do emprego menos satisfatórios.

No geral, portanto, as alterações não modificam significativamente as posições dos grupos com melhor e pior condições de trabalho feminino.

Em suma, as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE para as mulheres praticamente não denotaram mudanças significativas no comportamento observado para o progresso relativo, o que deixa claro que uma menor ponderação para os

auxílios pouco influencia no índice de qualidade do emprego rural feminino. As modificações não foram acentuadas.

Tabela 11

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 50-30-20), Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2006	2002-2006
Trab. Rurais Permanentes (RUR)	28,9	45,8	23,88
Trab. Rurais Temporários (RUR)	-	-	-
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	52,3	61,9	20,08
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	39,1	50,8	19,09
Tab. Aloj. e Transp. (RUR)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (RUR)	64,7	52,4	-34,84
Trab. Serv. Domést. (RUR)	45,4	39,4	-10,97
Trab. Rurais Permanentes (URB)	39,5	25,0	-23,97
Trab. Rurais Temporários (URB)	44,9	25,0	-36,12
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	63,7	60,1	-10,03
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	52,2	46,4	-12,01
Trab. Aloj.e Transporte (URB)	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde (URB)	57,8	57,8	-0,01
Trab. Serv. Domést. (URB)	39,9	40,2	0,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads/IBGE.

Tabela 12

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Mulheres Empregadas, residentes Rurais e Urbanos: Estado do Rio de Janeiro, 2002 e 2006.

Grupo de Ocupações	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2006	2002	2006
Trab. Agrícolas Permanentes	5°	4°	6°	6°
Trab. Agrícolas Temporários*	-	-	4°	5°
Trab. Ind e Ind. de Transformação	2°	1°	1°	1°
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4°	3°	3°	3°
Trab. Transportes.	-	-	-	-
Trab. Educ. e Saúde	1°	2°	2°	2°
Trab. Serv. Domést.	3°	5°	5°	4°

Fonte: Dados da Tabela 15

* Como em 2006 não houve representatividade dessa categoria de trabalhadores agrícolas residentes no meio rural, optou-se por não analisar essa ocupação para o ano de 2002, pois, não seria possível comparação intertemporal.

Considerações Finais

Com a finalidade de analisar a qualidade do emprego das pessoas, homens e mulheres, residentes no meio rural do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 e 2006 construímos índices de qualidade do emprego (IQEs) que possibilitaram a comparação da qualidade dos empregos, rurais e urbanos, nas atividades agrícolas e não agrícolas.

Os resultados obtidos com os índices de qualidade do emprego evidenciaram que, tanto para os homens quanto para as mulheres empregadas residentes rurais, os grupos de



ocupações não agrícolas selecionados apresentaram melhores condições de trabalho do que os grupos de trabalhos agrícolas temporários (volante; bóia-fria).

Outro resultado importante observado foi que para a maioria dos grupos de emprego selecionados revelou-se indiferente, para a determinação do nível do indicador, o local de residência do trabalhador, se rural ou urbano, exceção feita no caso do grupo dos trabalhadores agrícola permanentes. Neste caso o local de residência tem importância significativa quando observamos os indicadores de qualidade deste grupo. Há uma melhora relevante no indicador tanto para os homens quanto para as mulheres residentes rurais empregados nesta ocupação, fato que não é verificado para os residentes urbanos. No entanto poucos foram os casos em que a situação do domicílio do trabalhador parece indicar como importante para uma melhora nas condições de trabalho.

No rural não metropolitano do Rio de Janeiro, os resultados, analisados de uma forma geral, *não* deixam bem claro – diferentemente do que Balsadi (2000) mostrou para o rural de São Paulo – se a inserção, dos homens e das mulheres, no mercado de trabalho não agrícola é uma forma dos trabalhadores obterem melhores condições de trabalho, em comparação com as atividades agrícolas. Um fato importante que deve ser considerado é que as mulheres empregadas no serviço doméstico apresentam um índice de qualidade do emprego desfavorável – pior indicador de qualidade, em 2006, entre as atividades não agrícolas – e o serviço doméstico é o ramo de ocupação assalariada que mais emprega mulheres no meio rural fluminense⁶. O grupo dos serviços domésticos só apresenta melhor colocação no índice de qualidade do emprego em relação às mulheres empregadas em atividades agrícolas permanentes residentes urbanas, ou seja, esses números podem estar indicando que, a despeito da precariedade da atividade nos serviços domésticos, ainda é melhor ser doméstica do que bóia-fria/volante (o mesmo verificado para os homens). Balsadi (2000) fez observação semelhante em relação ao rural de São Paulo. Nascimento (2002), também confirmando essa observação, mostra que as famílias agrícolas que tinham algum membro ocupado em serviços domésticos remunerados apresentavam um nível de renda melhor do que as famílias estritamente agrícolas.

Cabe aqui chamar atenção novamente para uma observação importante. De forma quase geral os IQEs (IQE, IQE' e IQE'') obtidos por todos os grupos de emprego selecionados atingem no máximo 50% de seu valor, poucas vezes ultrapassam esse valor e muitíssimo raramente ultrapassam 60% do valor do índice, segundo os critérios selecionados para nosso estudo. Como foi possível perceber, o IQE varia numa proporção de 0 a 100, o que significa que quanto mais próximo de 100 melhor a qualidade do emprego. Assim, toda a análise feita comparando os IQEs entre os grupos de atividades agrícolas e não-agrícolas e entre o rural e o urbano, baseou-se em níveis de qualidade dos empregos de residentes no Estado do Rio de Janeiro que em geral são bastante baixos, considerando as variáveis utilizadas para a construção dos IQEs. Em São Paulo, Balsadi (2000), encontrou IQEs mais elevados, com alguns casos alcançando 70%, entre homens e mulheres, em 1998. Já nas pesquisas realizadas por Nascimento et al. (2007a, 2007b), as quais consideraram o Estado de Minas Gerais e a Região Sudeste, os índices foram baixíssimos, sendo quem atingem no

⁶ Dos empregos rurais assalariados femininos fluminenses 38,35% era a participação dos serviços domésticos, em 2006.



máximo 40% do seu valor, poucas vezes ultrapassam esse montante e raríssimas vezes chegam a mais de 50% do valor do indicador.

Os resultados dos IQEs obtidos para os trabalhadores homens e mulheres fluminenses fornecem subsídios interessantes no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população fluminense residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não agrícolas possa vir a ter efeitos positivos em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro, ainda resta um grande desafio que é definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas – assim como também em relação às condições das atividades não agrícolas, que não se mostraram tão melhores.

No entanto, o que percebemos é que essa necessária integração entre atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando melhores condições de emprego e conseqüentemente qualidade de vida para a população, ainda é um desafio para as políticas públicas, já que seria necessária a formulação de projetos de desenvolvimento rural que abordem novas questões para além das velhas questões ligadas exclusivamente às atividades agrícolas, à medida que cada vez mais a literatura aponta para um mundo rural cuja dinâmica não se explica mais somente, nem majoritariamente, pelas atividades agrícolas, mas de forma crescente pelas atividades não agrícolas e pelas novas funções que as áreas rurais oferecem (sobre essa nova abordagem ver, por exemplo, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000, 2004; DEL GROSSI, 1999; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2001, 2006).

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.(2000). *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada, São Paulo, v. IV, p. 379-397.
- ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.
- BALSADI, O. V. (2000). *Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90*. Campinas, SP, Unicamp-IE. (dissertação de mestrado)
- BALTAR, P.; DEDECCA, C.; HENRIQUES, W. (1982). *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Campinas: IE/UNICAMP. (Relatório de Pesquisa)
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [orgs.] (2000). *O novo rural brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 4 volumes.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [orgs.] (2004). *O novo rural brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 3 volumes.
- DEL GROSSI, M. E. (1999). *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado)
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. (1985). *Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recente sobre a agricultura brasileira*. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 31-55.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP. (Coleção Pesquisas, 1)



- GRAZIANO DA SILVA, J. (1981). O que é a questão agrária.. São Paulo: brasiliense.
- GUANZIROLI, C. E. (2006). *Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações*. Universidade Federal Fluminense, Texto para Discussão 186, Rio de Janeiro, Abril/.
- KAGEYAMA, A.; REHDER, P. (1993). O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. (1905) São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MATTOSO, J. E.; BALTAR, P. E. A. (1996). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT (Cadernos do CESIT, n. 21), 23p.
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. (1987). *A difícil delimitação do 'urbano' e do 'rural': alguns exemplos e implicações teóricas*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.22, abr. 1987.
- MOYANO ESTRADA, E. (1997). Las Políticas de Desarrollo Rural, in: SHIKI, S. et al. (1997). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia. EMBRAPA/UNICAMP/UFU.
- NASCIMENTO, C.A.; MENDES, S. R. (2007a). A Qualidade do Emprego Rural na região sudeste nos Anos Recentes, 2002 e 2004. *Relatório Final de Iniciação Científica*. PIBIIC/PAPEMIG/UFU, Uberlândia/MG.
- NASCIMENTO, C.A.; SOUTO, I. J. G. (2007b). A Qualidade do Emprego Rural no Estado de Minas Gerais nos Anos Recentes, 2002 e 2004. *Relatório Final de Iniciação Científica*. PIBIIC/PAPEMIG/UFU, Uberlândia/MG.
- NASCIMENTO, C.A. (2002). *Evolução das Famílias Rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalho Doméstico, 1992-1999*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado)
- POCHMANN, M (2000). *A Epidemia do Emprego no Brasil: atualidade e perspectiva*. Campinas: Unicamp/Cesit/IE.
- POCHMANN, M (2001). *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto.
- STÉDILE, J. P. [org.] (1994). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS.
- TEIXEIRA, V.L. (2000) *A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas*. In: O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vol. 3/editores Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. Jaguariúna, SP: EMBRAPA.
- VEIGA, J. E. (2006). *Nascimento de outra ruralidade*. *Estudos Avançados*, v. 20, p. 333-353.
- VEIGA, J. E. . (2001). *O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119.